



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

Scott, Rebecca J.; Hébrard, Jean M.  
ROSALIE NAÇÃO POULARD: LIBERDADE, DIREITO E DIGNIDADE NA ERA DA REVOLUÇÃO  
HAITIANA  
Afro-Ásia, núm. 46, 2012, pp. 61-95  
Universidade Federal da Bahia  
Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77023761002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# **ROSALIE NAÇÃO POULARD: LIBERDADE, DIREITO E DIGNIDADE NA ERA DA REVOLUÇÃO HAITIANA\***

***Rebecca J. Scott*  
*Jean M. Hébrard***

Para Marie-Louise (Loulou) Van Velsen

**E**m 4 de dezembro de 1867, nono dia da Assembleia Constituinte para elaboração da nova constituição do estado da Louisiana, após o fim da Guerra Civil Americana (1861-1865), o delegado Edouard Tinchant apresentou um projeto de lei. De acordo com os decretos de 1867 do período da Reconstrução, no pós-guerra, os eleitores da Louisiana elegeram 94 delegados – metade deles homens de cor – para a constituinte, com a função de elaborar o documento pelo qual a Louisiana voltaria a fazer parte dos Estados Unidos da América. Edouard Tinchant, um imigrante de 26 anos residente na cidade de Nova Orleans, trabalhava como diretor de uma escola para crianças libertas na avenida St. Claude. Tendo construído uma reputação como veterano do exército da União, que vencera o Sul escravista, e como defensor ardoroso dos

---

\* Esta é uma versão revista de artigo publicado em John Garrigus e Christopher Morris (orgs.), *Assumed Identities: The Meanings of Race in the Atlantic World*, College Station: Texas A & M University Press, 2010. O texto baseia-se na pesquisa para um trabalho mais abrangente, *Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation*, a ser publicado, em 2012, pela Harvard University Press. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins.

direitos civis, ele disputou e ganhou a eleição para representante do multirracial 6º distrito de Nova Orleans.<sup>1</sup>

No discurso que proferiu no Mechanics' Hall, Tinchant propôs que a convenção garantisse “proteção legal para todas as mulheres no estado” no âmbito do direito civil, “sem distinção de raça ou cor, ou referência à sua condição anterior”. Ao longo das semanas seguintes, Tinchant participou de outros debates sobre o direito ao voto e sobre o acesso aos espaços e serviços públicos, afirmando sua posição em favor do direito ao voto universal para homens e igualdade jurídica para todos os cidadãos. Nos últimos dias da Assembleia, ele retomou o tema dos direitos das mulheres, principalmente no tocante ao reconhecimento das relações conjugais não formalizadas por meio do casamento. Propôs que, “para prevenir o concubinato no estado, a Assembleia Geral deverá criar leis que tornem mais fácil para uma mulher, sem distinção de raça ou cor, processar um homem pela *quebra da promessa* [de casamento]. A Assembleia também deve fornecer meios para que, mediante pedido de uma das partes, a outra seja compelida ao casamento, desde que o casal tenha coabitado por pelo menos um ano ininterruptamente”.<sup>2</sup>

A determinação de obrigar os homens a casar é surpreendente em um jovem de 26 anos, assim como sua reivindicação implícita para a formalização das uniões interraciais é notável por sua audácia.<sup>3</sup> Quem foi esse jovem atrevido? Pesquisando a trajetória de Edouard Tinchant nos documentos preservados nos arquivos, encontramos seu nome nos registros do liceu da cidade de Pau, no sul da França, para onde seus

<sup>1</sup> Sobre a vida de Edouard Tinchant, ver Rebecca J. Scott, “Public Rights and Private Commerce: An Atlantic Creole Itinerary”, *Current Anthropology* n.48 (2007), pp. 237-49. Informações sobre o trabalho de Tinchant como diretor de escola e sobre seu compromisso com as escolas racialmente integradas estão incluídas na minuta da reunião da comissão escolar da Paróquia de Nova Orleans do dia 16 de setembro de 1867, e encontram-se na *Special Collections*, Earl K. Long Library, University of New Orleans.

<sup>2</sup> *Official Journal of the Proceedings of the Convention for Framing a Constitution for the State of Louisiana*, Nova Orleans: J. B. Roudanez & Co., 1867-1868), v. 35, pp. 116-17, 192.

<sup>3</sup> A questão dos casamentos que atravessavam o que os suprematistas brancos denominavam “linha de cor” foi levantada também nas convenções de outros estados. Ver a discussão sobre os debates em Arkansas em Hannah Rosen, *Terror in the Heart of Freedom: Citizenship, Sexual Violence, and the Meaning of Race in the Postemancipation South*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2009.

pais haviam se mudado depois de deixar Nova Orleans em 1840. Em seguida, após a revolução de 1848 e o golpe de estado de Louis-Napoléon Bonaparte, em 1851, emigrou com seus pais para a Bélgica. Aproveitando-se da experiência adquirida em Nova Orleans, os irmãos mais velhos de Edouard abriram um negócio de importação e exportação na Antuérpia, mantendo a conexão com a pequena fábrica de charutos que tinham na Louisiana. Edouard chegou a Nova Orleans em 1862, em meio à Guerra Civil, supostamente para trabalhar com seu irmão Joseph, negociante de tabaco. Após a tomada da cidade pelas forças da União, em abril, Edouard alistou-se voluntariamente no serviço militar para servir no recém-formado regimento de homens de cor do exército da União, assumindo, publicamente suas convicções abolicionistas. Dispensado do serviço militar em agosto de 1863, ele retornou ao comércio de tabaco em pequena escala, mas enviou cartas polêmicas ao editor da *Tribune de la Nouvelle Orléans*, expondo suas ideias sobre cidadania e igualdade. Essa experiência juvenil ajuda a explicar a intensidade com que Edouard Tinchant rejeitava a distinção jurídica de castas e o que ele denominava “tirania aristocrática”.<sup>4</sup>

Mas a sua formação tinha outros elementos. Em uma carta enviada ao editor do jornal *Tribune*, em 1864, Tinchant declarava ser um “filho da África”; em outra, escrita anos depois, descreveu-se como um “descendente de haitianos”. Essas referências nos levararam ao arquivo colonial francês em Aix-en-Provence, onde encontramos documentos que possibilitaram que sua história fosse aprofundada com a descoberta da vida de sua avó, uma mulher de nome “Rosalie nação poulard” e, mais tarde, conhecida como Rosalie Vincent.<sup>5</sup>

A análise dos documentos, nos quais Rosalie Vincent aparece de forma ativa, comprova seus esforços para alcançar a liberdade e prote-

<sup>4</sup> Em uma carta aos pais, em outubro de 1863, Edouard descreveu a tensão que sentia ao ter que esconder as suas ideias políticas daqueles que ele descreveu como “confederados mais furiosos”, os quais costumavam reunir-se na Tabacaria Tinchant, na avenida St. Charles. Num tom um pouco irônico, Edouard se declarou “o abolicionista mais fanático de Nova Orleans”. Ver Edouard Tinchant a Mes chers parents, 28 Octobre 1863, nos documentos da família Tinchant; uma transcrição dessa carta foi gentilmente fornecida por Philippe Struyf, de Bruxelas.

<sup>5</sup> Para uma discussão sobre a linguagem das cartas de Edouard Tinchant entre 1864 e 1899, ver Scott, “Public Rights and Private Commerce”.

ger seus filhos e netos. As concepções de cidadania e direito das mulheres de Edouard Tinchant resultam, assim, da experiência de três gerações, tendo a escravidão e a Revolução Haitiana como pontos de partida. A história dessa família, por consequência, torna-se parte da história dos conceitos vernaculares sobre direitos e dignidade no mundo atlântico. Esses conceitos nasceram da consciência da vulnerabilidade individual e familiar dessas pessoas. Os numerosos documentos administrativos e os instrumentos legais envolvendo essa família – incluindo cartas de alforria, certidões de batismo, testamentos e contratos de casamento – demonstram a dinâmica do seu relacionamento com a lei e suas tentativas de oficializar e garantir a liberdade e assegurar seus benefícios. A história dessas pessoas também exprime a importância da cidadania para aqueles que tinham experimentado o expatriamento, na sua forma mais cruel da escravização e da deportação.<sup>6</sup>

## Jérémie, São Domingos

A primeira evidência nos documentos da existência de uma mulher de nome Rosalie nação poulard encontra-se em um contrato registrado, em 1793, na cidade de Jérémie, localizada no litoral norte da península situada ao sul da então colônia francesa de Saint Domingue, ou São Domingos, em português (chamada Haiti depois da Independência). No documento, uma mulher livre negra de nome Marthe Guillaume [Aliés], *marchande* (comerciante), vendeu uma escrava de nome “Rosalie nação poulard” para um *mulâtre* (mulato) liberto de nome Jean-Baptiste Mongol, que era açougueiro. Apesar da distância dos centros de produção açucareira do norte e do oeste da colônia, o distrito de Jérémie contava com um grande número de escravos, a maioria empregada na produção de café, e outros trabalhando na cidade ou como empregados domésticos.<sup>7</sup> O termo

<sup>6</sup> Sobre a escravidão como ausência de nacionalidade, ver Linda K. Kerber, “The Stateless as the Citizen’s Other: A View from the United States”, *American Historical Review*, n. 112 (2007), pp. 1-34, principalmente pp. 16-7.

<sup>7</sup> A venda a Mongol encontra-se em “Vente par Marthe Guillaume a mongol de la N<sup>e</sup>sse Rosalie”, 14 de janeiro de 1793, Notary Lépine, File 6C-119, Jérémie Papers, Special Collections, University of Florida Libraries (daqui em diante SC, UFL). A condição de Mongol foi descrita em detalhes no seu documento de casamento de novembro de 1787. Libertado em 1782, ele casou com sua

“poulard”, na designação de Rosalie, referia--se aos falantes da língua pulaar e, por extensão, ao grupo geralmente denominado peul, em francês, fulani, em inglês, e fula, em português. Evidentemente Rosalie fora escravizada alguns anos antes, em alguma parte da extensa região onde os fulas viviam dispersos, que se estende do vale do rio Senegal até o norte do litoral da Guiné e, no interior, para além do Mali. Ela provavelmente fora comprada no “Trato de Galam”, como era chamado o sistema de comboio de barcos que viajavam rio acima, saindo do porto da ilha de Saint-Louis, no Senegal, para trocar tecido, papel e outras mercadorias por goma-arábica (usada na fabricação de tecidos), marfim, milhete e cativos.<sup>8</sup> É possível que ela tivesse sido trazida para as Américas em um navio negreiro inglês e logo transportada a Jérémie por uma rota de contrabando muito movimentada no período anterior à Revolução Francesa, que ia da Jamaica para o sudeste de São Domingos. Pela idade de Rosalie, no entanto, parece mais provável que tivesse chegado em um navio francês, que saíra do porto de Saint-Louis no rio Senegal, em algum momento entre 1779, quando os franceses retomaram Saint-Louis dos ingleses, e 1792, quando o comércio de cativos nas Antilhas foi interrompido por causa da revolução em São Domingos e na França.<sup>9</sup>

Etnônimos designando as origens das pessoas da Senegâmbia eram relativamente pouco comuns em São Domingos. A maioria dos escra-

---

escrava Lisette, que alforriou em seguida, legitimando os dois filhos do casal. St. Domingue, Etat Civil, Jérémie, 1783–1786, SOM 5Mi/60, Centre d'accueil et de recherche des Archives nationales (CARAN). A descrição clássica de cada paróquia da colônia encontra-se em Méderic Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civil, politique et historique de la partie française de l'isle de Saint-Domingue*, Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 2004 [orig. 1797].

<sup>8</sup> Sobre a história dos peul, ver Oumar Kane, *La première hégémonie peule: Le Fuuta Tooro de Koli Tenella à Almaani Abdul*, Paris e Dakar: Karthala e Presses Universitaires de Dakar, 2004. Ver também, Frédérique Dejou, Roger Botte, Jean Boutrais e Jean Schmitz (orgs.), *Figures peules*, Paris: Karthala, 1999.

<sup>9</sup> Tendo em vista a idade atribuída a ela em um documento posterior, registrado em cartório, estimamos que ela nasceu por volta de 1767. Sobre o tráfico de cativos para São Domingos, ver Jean Mettas, *Répertoire des expéditions négrières françaises au xviii<sup>e</sup> siècle*, org. Serge e Michèle Daget, Paris: Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, 1984; Boubacar Barry, *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998; Martin Klein, *Slavery and Colonial Rule in French West Africa*, Cambridge: Cambridge University Press, 1998; e David Geggus, “Sex Ratio, Age and Ethnicity in the Atlantic Slave Trade: Data from French Shipping and Plantation Records”, *Journal of African History*, n. 30 (1989), pp. 23-44.

vos nascidos na África aparece nos documentos com os etnônimos congo, arada, ou nagô, o que sugere serem provenientes de regiões localizadas mais ao sul da África, no caso dos congos bem mais ao sul. Mesmo entre os aproximadamente 10% dos escravos nascidos na África que vieram da Senegâmbia, os etnônimos bambara, senegal ou mandingo eram mais comuns do que poulard. Desse modo, enquanto um nome como Jean congo podia referir-se a vários moradores de uma determinada região, diversas menções ao nome Rosalie nação poulard, dado a uma jovem que vivia na relativamente pequena comunidade de Jérémie, provavelmente referia-se a uma única pessoa.<sup>10</sup>

Quando o nome de Rosalie nação poulard apareceu pela primeira vez nos documentos dos arquivos, a França já estava em revolução havia três anos e meio, com repercussões em todas as suas colônias. Homens e mulheres livres de cor sabiam que aquele era o momento de lutar pelos direitos que lhes haviam sido negados.<sup>11</sup> Mesmo no contexto extremamente complexo de acontecimentos que atualmente denominamos de Revolução Haitiana, os conflitos no distrito de Jérémie foram especialmente tumultuados. À revolta dos escravos na planície do norte, em agosto de 1791, seguiu-se a da península do sul, região na qual escravos e pessoas livres de cor lutaram para quebrar o monopólio do poder de seus vizinhos brancos. Em dezembro de 1791, o Conselho Municipal de Jérémie foi atacado por indivíduos que eles chamaram de arruaceiros e os representantes (ou *delegados*) da França revolucionária imploraram a seu governo que mandasse ajuda. Na opinião dos delegados, tinham sido os homens livres de cor que haviam instigado a rebeldia dos escravos nos distritos agrícolas da região.<sup>12</sup>

Embora algumas famílias de descendência mestiça fossem proprietárias de grandes plantações de café e de vários escravos, e com-

<sup>10</sup> Geggus, em “Sex Ratio”, analisa os dados demográficos da população escrava em São Domingos, dando atenção especial aos etnônimos. Também descobrimos que o nome poulard, como designador, era muito raro nos registros dos cartórios de Jérémie.

<sup>11</sup> Ver, mais recentemente, Florence Gauthier, *L’Aristocratie de l’épiderme. Le combat de la Société des Citoyens de Couleur. 1789–1791*, Paris: CNRS Edition, 2007.

<sup>12</sup> Ver as cartas do prefeito e do Conselho Municipal no dossiê 13, DXXV/65, CARAN. Ver também Carolyn Fick, *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*, Knoxville: University of Tennessee Press, 1990, principalmente a parte três, “The South”.

partilhassem, assim, os interesses econômicos dos seus pares brancos, outros simplesmente trabalhavam no interior, na lavoura ou nas cidades, como artesãos, permanecendo muito ligados aos que continuavam no captiveiro. Foi nesse cenário, no início da década de 1790, que Rosalie nação poulard se tornou escrava de um homem de nome Alexis Couba, que, por sua vez, conquistara sua própria liberdade em 1778. Couba, a princípio, teve uma escrava de nome Anne, com a qual se casou em 1781. De acordo com o *Code Noir*, que formalmente governava esses assuntos, Anne tornou-se livre em virtude de seu casamento. Alexis Couba decidiu comprar mais uma escrava: Rosalie nação poulard, que ele transferiu, em seguida, para a *marchande* (comerciante) Marthe Guillaume.<sup>13</sup>

Então, no começo da década de 1790, Rosalie nação poulard tornou-se escrava da casa de Marthe Guillaume, uma família ligada através do casamento a outras famílias livres de cor do interior, e comandada por uma mulher que sabia como lidar com as leis e com a escrita formal. Marthe Guillaume possuía várias propriedades no centro da cidade, e uma de suas filhas casara com um integrante da família de Noël Azor, um homem de cor engajado nas perenes lutas políticas da época. A natureza das transações comerciais de Marthe Guillaume requeria que ela comparescesse com frequência diante do tabelião, a quem era obrigada a apresentar prova de sua liberdade a fim de receber autorização para firmar seus contratos. Aparentemente Rosalie e Marthe Guillaume tornaram-se relativamente próximas. Em um rascunho de seu testamento, de janeiro de 1793, Marthe Guillaume expressou sua intenção de conceder a liberdade a Rosalie. Mas, alguns dias mais tarde, mudou de ideia e vendeu Rosalie ao açougueiro Jean-Baptiste Mongol.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> O registro de casamento de Alexis Couba e Anne, que faz referências à alforria dela, datado de 9 de janeiro de 1781, encontra-se em SOM 5Mi/59, CARAN. A transferência de Rosalie de Alexis Couba para Marthe Guillaume é citada no rascunho do testamento de Marthe Guillaume, de 8 de janeiro de 1793, Notary Lépine, File 6C-116, Jérémie Papers, SC, UFL.

<sup>14</sup> A venda de Rosalie é “Vente par Marthe Guillaume a Mongol de la N<sup>esse</sup> Rosalie”, 14 de janeiro de 1793, Notary Lépine, File 6C-119, Jérémie Papers, SC, UFL. O casamento da filha de Marthe Guillaume, Marie Anne [Aliés] com Jean Baptiste Azor dit Fortunat, em 28 de fevereiro de 1783, encontra-se no SOM 5 Mi/60, CARAN. Para uma discussão mais completa sobre Marthe Guillaume, ver Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard, “Servitude, liberté et citoyenneté dans le monde atlantique des XVIIIe et XIXe siècles: Rosalie de nation poulard”, *Revue de la Société Haïtienne d’Histoire et de Géographie*, n. 83 (2008), pp. 1-52.

No entanto, os acontecimentos na colônia transcorriam rapidamente, colocando em questão toda a estrutura hierárquica, os privilégios de cor e a posse de pessoas. Em abril de 1792, com o intuito de apaziguar a população livre de cor e evitar mais rebeliões, os delegados da Assembleia Nacional, em Paris, enquanto ganhavam tempo para debater a questão da escravidão, decidiram que a lei não reconheceria mais a distinção de cor entre cidadãos franceses. Entretanto, nas colônias, os proprietários de terras brancos não tinham a menor intenção de permitir que pusessem fim a essas distinções, resistindo ostensivamente e gerando mais confrontos com seus vizinhos de cor. Quando a Câmara Municipal de Jérémie foi convocada, e entre seus membros não se contava sequer uma pessoa de cor, recomeçaram os protestos das “anteriormente denominadas pessoas de cor”, seguidos de revoltas no interior.<sup>15</sup>

Os comissários enviados pela República Francesa para tentar controlar a crise perceberam que esse tipo de impasse poderia abalar ainda mais a ordem na ilha. Em junho de 1793, os comissários já estavam convencidos de que a única forma de assegurar a colônia para a França seria aproveitar a onda de reivindicações feitas pelos escravos e pessoas livres de cor e usar a energia do momento para impedir tanto uma contrarrevolução por parte dos brancos, quanto a invasão dos espanhóis que controlavam a outra metade da ilha de Hispaniola. Os comissários começaram a formar Legiões da Igualdade – grupos armados formados por pessoas de cor – e tomaram a decisão fundamental de declarar a abolição da escravatura no norte. Esses decretos seriam estendidos ao sul em outubro de 1793. Em lugares como Jérémie, a escravidão chegaria ao fim oficialmente em pouco tempo, com a lei deixando de reconhecer, a partir de então, o direito de propriedade sobre homens e mulheres.<sup>16</sup>

Diante da possibilidade de perder o controle sobre as pessoas que mantinham em cativeiro, um grupo de abastados proprietários bran-

<sup>15</sup> Ver “*Addresse à tous les citoyens chargés des autorités civiles & militaires, & à tous les citoyens de la Colonie*”, Jérémie, maison commune, le 7 mars 1793, l'an second de la république française”, cópia no dossier 895, DXXV/113, CARAN.

<sup>16</sup> Laurent Dubois, *A Colony of Citizens: Revolution and Slave Emancipation in the French Caribbean, 1787–1804* Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004, principalmente pp. 162-65.

cos, incluindo homens de Jérémie, buscou a ajuda dos ingleses. Com a chegada do outono de 1793, os ingleses se dispuseram a entrar no conflito com a dupla intenção de desafiar os franceses e apoderar-se de parte da ainda próspera colônia. Soldados ingleses, vindos da Jamaica, desembarcaram em Jérémie no final de setembro de 1793. A presença dessas tropas, a partir de 1793, resguardou os donos de escravos no distrito de Jérémie dos efeitos legais da abolição da escravidão alcançada pelos rebeldes. Contudo, os ingleses enfrentariam uma pressão contínua do general André Rigaud, homem de cor que lutava na região sul em nome da República da França. No final de 1794, as forças republicanas recuperaram o controle de Léogane, no leste, e de Tiburon, no sul. Ao mesmo tempo, os ingleses enfrentaram o que um colono descreveu como “une masse de Canaille attachée à la République” (uma massa da canalha ligada à República), ou seja, alguns indivíduos brancos que não faziam parte da elite, além de outros cidadãos que se recusaram a passar para o lado das forças de ocupação britânicas.<sup>17</sup>

Apesar dos ataques republicanos a um forte próximo ao povoado litorâneo de Les Abricots, os ingleses se mantinham, em dezembro 1795, no controle de Jérémie. Nesse mesmo ano, Marthe Guillaume, que tinha reavido a posse de Rosalie, procurou um tabelião, não para vender a escrava, mas para registrar seu *affranchissement* (a alforria individual de Rosalie), denominada *négresse de nation Poulard* (negra de nação poulard). O texto do documento referiu-se apenas à lealdade de Rosalie como motivo para a concessão da alforria, não mencionando nenhum pagamento por parte da ex-escrava ou de qualquer outra pessoa – embora algum tipo de pagamento possa ter sido feito sem o conhecimento do tabelião. O documento concedeu à Rosalie a liberdade plena e a instruiu a obedecer as leis que governavam as pessoas libertas da colônia. Marthe Guillaume prometeu empenhar-se para conseguir das autoridades inglesas em Jérémie a ratificação formal da liberdade de Rosalie.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> A citação é de Bérault de Saint Maurice, reproduzida em David Geggus, *Slavery, War, and Revolution: The British Occupation of Saint Domingue, 1793–1798*, Oxford: Clarendon Press, 1982, pp. 62-8.

<sup>18</sup> “Affranchissement de la négresse Rosalie par Martonne”, 2 de dezembro de 1795, Notary Dobignies, File 9-218. Outros negócios de Marthe Guillaume aparecem na sua lista de credores e devedores em Notary Lépine, File 6C-210, ambos em Jérémie Papers, SC, UFL.

No entanto, a relação entre direito e escravidão passava por um momento de contínua mudança. Com as forças antiescravagistas republicanas a pressionar nos arredores da área sob domínio dos ingleses, e com o governador inglês prometendo a liberdade a alguns negros, a fim de persuadí-los a alistar-se no exército britânico de ocupação, não era fácil manter a subordinação social necessária para a manutenção do cativeiro. Ao mesmo tempo, os mesmos fazendeiros que aconselhavam o governador inglês, instigaram-no a proibir as alforrias que não fossem para fins militares – na opinião deles, já existiam muitos homens livres de cor na colônia e a alforria individual de mulheres acarretaria a perda da força de trabalho de seus futuros filhos.<sup>19</sup> Sendo assim, a condição de Rosalie ficou ambígua. Sua ex-proprietária não exercia mais poder sobre ela, contudo, sem uma carta de alforria devidamente ratificada, Rosalie se tornara uma pessoa livre, mas vulnerável.

Nos anos que se seguiram, os ataques contra a ocupação britânica na colônia ganhariam força e, em 1798, os ingleses retiraram suas tropas.<sup>20</sup> Os republicanos assumiram o controle e o general Rigaud foi reconhecido pelos franceses como governador dessa região de São Domingos. A abolição podia então, em princípio, ser implementada por completo na região de Jérémie. Todos que haviam sido escravizados anteriormente, a partir desse momento seriam designados *affranchis*, *cultivateurs*, ou simplesmente *nègres* e *négresses libres*. Como todos os outros, Rosalie era agora legalmente livre.<sup>21</sup>

No ano seguinte, ela aparece nos documentos com o nome de Marie Françoise *dite* Rosalie *négresse libre* – Marie Françoise, chamada Rosalie, negra livre. A referência ao nome de batismo, Marie Françoise, juntamente com o de Rosalie, pelo qual era conhecida, é intrigante. Como este era um registro sacramental, talvez o nome de batismo tivesse que

<sup>19</sup> Ver discussão sob o título *affranchissement*, p. 69, “Copie des lettres écrites par le Conseil privé”, File T81/15, British National Archives.

<sup>20</sup> Sobre a complexidade da evacuação inglesa, ver Geggus, *Slavery, War, and Revolution*, pp. 373-81.

<sup>21</sup> Com intenção de garantir a produção agrícola, Rigaud alugou terras a homens e mulheres que pudesse pagar o aluguel, em muitos casos obrigando os ex-escravos a trabalhar na terra dos outros, de forma semelhante ao tempo da escravidão. Ver Dubois, *Avengers of the New World*, pp. 197-98.

constar para satisfazer os critérios da Igreja.<sup>22</sup> Esse foi um acontecimento importante: o padre da paróquia de Cap-Dame-Marie, que servia ao distrito rural de Les Abricots, estava registrando Rosalie como mãe de uma filha natural que ele batizou com o nome de Elisabeth Dieudonné.<sup>23</sup> O termo filha natural indicava que os pais não eram casados. O pai da criança, no entanto, estava presente e reconheceu a paternidade.

O nome do pai foi registrado simplesmente como Michel Vincent, sem título de distinção. Por ser europeu e proprietário, Vincent talvez esperasse ser chamado de *Sieur*. De acordo com outros documentos que encontramos, seu nome completo era Michel Étienne Henry Vincent, e ele era proprietário de uma pequena fazenda no litoral, em Les Abricots. Filho de um tabelião de Le Mans, na França, havia emigrado para São Domingos por volta de 1770, adquirindo (e em seguida perdendo) o monopólio da arrecadação de impostos sobre a venda de carnes no distrito de Les Cayes. Vincent havia se casado com uma viúva rica, mas sua esposa habilmente tratara de assegurar as propriedades dela para os filhos de seu casamento anterior. Aparentemente arruinado financeiramente, Michel Vincent recomeçou na região cafeeira dos arredores de

<sup>22</sup> Talvez seu batizado fosse recente, ligado de alguma maneira ao relacionamento com o pai da criança, embora isto seja especulação. A falta de um sobrenome, no entanto, não surpreende. No final do período colonial, em São Domingos, a lei proibia que os libertos adotassem sobrenomes usados pelas famílias brancas, e pessoas recém-libertas geralmente apareciam nos documentos sem sobrenome. Já em 1799, a designação *nègresse libre* (mulher negra livre) era um anacronismo: todas as pessoas em São Domingos eram então legalmente livres. O uso da designação *nègresse libre* podia evocar o estigma do *status* anterior de escravo - ou ser um eco do termo da época da pré-abolição, que indicava a posse de prova da alforria individual. A cópia da certidão de batismo encontra-se em “Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage”, 16 de novembro de 1835, Act 672, 1835, Notary Theodore Seghers, New Orleans Notarial Archives Research Center (henceforth NONARC). Sobre o *ordonnance* de 1773, em relação a sobrenomes, ver Moreau de Saint-Méry, *Loix et Constitutions des colonies françoises de l'Amérique sous le vent*, Paris: Autor, 1784–1790, v. 5, pp. 448–50.

<sup>23</sup> A inclusão do apelido Dieudonné no documento de batismo é enigmática. Em geral, somente nomes de santos eram dados no momento do batismo, embora o uso de apelidos fosse muito comum. Para uma discussão detalhada do documento, ver Scott e Hébrard, “Servitude”. Sobre a escolha de nomes nas Antilhas francesas, ver John Garrigus, *Before Haiti: Race and Citizenship in French Saint-Domingue*, Nova York: Palgrave Macmillan, 2006, e Myriam Cottias, “Le Partage du Nom”, em Jean Hébrard, Hebe M. Mattos e Rebecca J. Scott (orgs.), *Écrire l'esclavage, écrire la liberté*, número especial de *Cahiers du Brésil Contemporain* n. 53/54 (2003), pp. 163–74.

Jérémie. A cidade de Jérémie tinha 180 casas em 1789, várias delas propriedade da *marchande* Marthe Guillaume, que as alugava aos europeus. Michel Vincent não tinha muitas propriedades, mas, de vez em quando, procurava o tabelião para vender pequenos lotes de suas terras em Les Abricots para vizinhos, incluindo o cidadão Jean, conhecido por Tomtom, e a cidadã Olive, ambos designados *cultivateurs*, termo geralmente usado para designar ex-escravos na zona rural. Em meados dos anos de 1790, a esposa de Michel Vincent já havia falecido. Não é difícil imaginar em que circunstâncias esse viúvo francês em decadência social encontrou Rosalie nação poulard.<sup>24</sup>

De acordo com as regras do *ancien régime*, a presença de Michel Vincent como pai da criança no batismo de 1799 não equivalia à legitimação. No entanto, de acordo com as controvertidas regras revolucionárias francesas, os filhos naturais podiam, sob certas circunstâncias, requerer a sua parte na herança juntamente com os filhos legítimos. Ninguém podia prever que leis estariam em vigor quando Michel Vincent morresse, mas parece que sua intenção, ao reconhecer a paternidade da filha e dar a ela uma madrinha e um padrinho, com os quais pudesse contar numa emergência, era assegurar o futuro da pequena Elisabeth. O padrinho era Sieur Lavolaille, um marceneiro naval. A madrinha era Marie Blanche Peillon, ou viúva Aubert. Assim como o pai, a madrinha não trazia no nome nenhum título nem nenhuma designação de cor. Aparentemente, ela tinha *status* suficiente para impedir que o padre lhe atribuísse uma marca de cor. No entanto, alguns anos

---

<sup>24</sup> Na ocasião do seu casamento, Michel Vincent fora identificado como ex-coletor de impostos sobre a venda de carnes na cidade de Les Cayes, no sul. Ver os documentos da Paróquia de Les Cayes du Fond (1698–1782) em SOM 6Mi/37, CARAN. O seu casamento com Nicole Catherine Bouché, viúva Randel, encontra-se na página 177, ano 1772. Sobre Michel Vincent, ver Jean Hébrard, “Les deux vies de Michel Vincent colon à Saint-Domingue (c.1730-1804)”, *Revue d’Histoire Moderne & Contemporaine* n. 57 (2010), pp. 50-77. As poucas idas de Vincent aos tabeliões em Jérémie foram para vender parte de suas terras. Ao contrário de seus vizinhos mais prósperos, ele aparentemente não fazia empréstimos ou financiava compras. Ver, por exemplo, o documento de venda datado de 13 pluvioso ano 7, in Joubert 4-13, Jérémie Papers, SC, UFL. A descrição da região e o número de casas encontram-se em Moreau de Saint Méry, *Description topographique*, 2: 762-816. Os negócios de Marthe Guillaume encontram-se amplamente registrados com o tabelião Lépine, tanto os arquivados no Archives Nationales, Sección d’Outre-Mer em Aix-en-Provence (daqui em diante ANOM), como os que se encontram em Jérémie Papers, SC, UFL.

mais tarde, documentos produzidos na Louisiana referem-se a ela como uma *femme de couleur libre* (mulher livre de cor).<sup>25</sup>

Embora as relações sociais escravistas do *ancien régime* tivessem sido abaladas pela revolução haitiana, a liberdade conquistada pelos escravos continuava sob ameaça em 1799. Napoleão Bonaparte havia consolidado seu poder na Europa e buscava subjugar os livres e os recém-libertos em São Domingos, implementando sua visão de um império americano. No final de 1801, com a França sob o regime do Consulado, Bonaparte enviou uma expedição sob o comando de seu cunhado, o general Victor-Emmanuel Leclerc, para arrancar o poder das mãos dos homens negros e pardos que haviam recebido o título de general em São Domingos. O comandante do distrito de Jérémie tentou resistir, mas as tropas francesas conseguiram entrar na cidade no início de 1802 e, em seguida, receberam reforços por mar. Em maio de 1802, o governo de Paris autorizou o recomeço do tráfico transatlântico de escravos, que tinha sido proibido pela França revolucionária, e restaurou a escravidão na colônia francesa de Martinica, indicando a intenção de Bonaparte de restabelecer a escravidão também em São Domingos.<sup>26</sup>

Os soldados negros em São Domingos que haviam se mantido leais à república francesa percebiam os riscos crescentes que acompanhavam uma possível reocupação francesa sob o comando de Napoleão Bonaparte. Os comandantes franceses, por sua vez, tornavam-se cada vez mais desconfiados dos negros que permaneciam nas suas tropas, e a

<sup>25</sup> Sobre o uso do termo “sieur” em São Domingos, ver John Garrigus, “Colour, Class and Identity on the Eve of the Haitian Revolution: Saint-Domingue’s Free Coloured Elite as Colonos américains”, *Slavery and Abolition*, n. 17 (1996), pp.19-43, principalmente pp. 25-9. Ao longo do século XVIII, muitas crianças nasceram de uniões entre colonos franceses e mulheres africanas e, quando adultos, geralmente se estabeleciam como artesãos, comerciantes, empresários e, em alguns casos, tornavam-se proprietários de terra. Nas últimas décadas do século, esses homens e essas mulheres e seus descendentes foram sendo cada vez mais estigmatizados pelos brancos, que buscavam monopolizar o poder e os direitos civis. Ver Garrigus, *Before Haiti*. Sobre as atividades da viúva Aubert em Nova Orleans, ver abaixo. Quando Michel Vincent morreu, as leis da era da revolução sobre herança haviam sido substituídas pelo Código Civil Napoleônico, o que reduziu as reivindicações que os filhos naturais podiam fazer. Ver Jean-Louis Halperin, “Le droit privé de la Révolution: héritage législatif et héritage idéologique”, *Annales historiques de la Révolution française*, n. 328 (2002).

<sup>26</sup> Fick, *The Making of Haiti*, pp. 210–13; Alexis Beau Brun Ardonin, *Études sur l’histoire d’Haïti*, Port-au-Prince: Chéraquit, 1930, vol. 3; Yves Benot, *La démence coloniale sous Napoléon*, Paris: Éditions La Découverte, 1992; Dubois, *A Colony of Citizens*, pp. 368–70.

hostilidade desses comandantes em relação aos seus próprios soldados negros provocou mais deserções para o lado adversário. Em 1802, o general Leclerc informou que a insurreição havia irrompido em Jérémie e que fazendas haviam sido incendiadas. As últimas cartas escritas pelo general, antes de morrer de febre amarela, dão uma ideia da situação na colônia: “Os negros estão convencidos pelas cartas que chegam da França, pela lei que autoriza o tráfico de escravos e pelos decretos do general Richépanse que reinstituiram a escravidão em Guadeloupe, de que queremos escravizá-los”. “Esses homens”, ele escreveu, “não querem desistir”. O rumor de que os franceses, em breve, seriam expulsos se estava espalhando. Os soldados negros que restavam nas tropas francesas passaram rapidamente para o lado dos rebeldes, levados pelas circunstâncias e em resposta ao desdém e à violência de Leclerc e de seu sucessor, o general Donatien Rochambeau.<sup>27</sup>

Nas últimas semanas de março de 1803, Rochambeau ordenou ataques coordenados de forças francesas e de legionários poloneses nas cidades do sul controladas pelos rebeldes, porém não obteve sucesso. Quando os revolucionários negros partiram do sul na direção de Jérémie, cercando as guarnições francesas que encontravam no caminho e fazendo os soldados inimigos passarem fome, alguns trabalhadores das fazendas de Les Abricots juntaram-se à insurreição. Os revolucionários usaram o fogo como sua arma mais poderosa, queimando campos e morros cultivados.<sup>28</sup>

Foi em 10 de maio de 1803 que se produziu outro documento no qual o nome de Rosalie aparece. Com a chegada iminente da guerra, Michel Vincent fez planos de partir para a França, mas sem Rosalie ou seus filhos. Ela se viu diante da possibilidade de se tornar mãe solteira e refugiada de guerra em uma região literalmente em chamas. Diante das circunstâncias, Michel Vincent foi aparentemente convencido – pro-

<sup>27</sup> Ver as cartas de Leclerc em Paul Roussier (org.), *Lettres du Général Leclerc, Commandant en Chef de l'Armée de Saint-Domingue en 1802*, Paris: Société de l'Histoire des Colonies Françaises et Librairie Ernest Leroux, 1937, p. 200, 201, 255. Sobre os tumultos de 1802-1803, ver também Dubois, *Avengers*; e Ardouin, *Études*.

<sup>28</sup> Ver Jan Pachoński e Reuel K. Wilson, *Poland's Caribbean Tragedy: A Study of Polish Legions in the Haitian War of Independence, 1802-1803*, Boulder: East European Monographs, 1986, capítulos 4 e 5; Fick, *The Making of Haiti*, pp. 234-35.

vavelmente pela própria Rosalie – de que se ia abandoná-los, devia então se empenhar em produzir um documento que reforçasse sua liberdade legal e de seus filhos. Sem o auxílio de um tabelião, mas aparentemente usando como modelo um documento de alforria anterior, Michel Vincent preencheu uma folha de papel com uma linguagem jurídica improvisada. Afinal, ele era filho de tabelião e tinha certa intimidade com esse tipo de linguagem. O documento foi escrito em uma circunstância de muito perigo, com a finalidade de evitar o pior. Caracterizou-se como algo entre um texto e um talismã, uma declaração não oficial com a finalidade de ter a mesma força legal de um documento registrado em cartório, mas sem a assinatura de um tabelião.<sup>29</sup>

Esse texto de 1803 começa por identificar Marie Françoise, chamada Rosalie, como *négresse de nation Poulard* (negra de nação poulard). Nas linhas seguintes, Michel Vincent declarou que Rosalie e seus quatro filhos eram seus escravos, o que era uma mentira. Ele enumerou as crianças: “*Juste Theodore Mulatre, Marie Louise dite Resinette Mulatresse, Etienne Hilaire dit Cadet Mulatre, et Elisabeth dite Dieudonné Mulatresse*”. Étienne, o menino mais novo, recebera um dos sobrenomes do próprio Michel Vincent. Elisabeth fora reconhecida como filha na cerimônia de batismo. Todos foram designados *mulâtre* ou *mulâtresse*, indicando uma descendência mista de africanos e europeus. É bem provável que Michel Vincent fosse o pai de todos os filhos de Rosalie.<sup>30</sup>

Michel Vincent, então, concedeu a liberdade a Rosalie e a seus quatro filhos, usando a linguagem, convencional nestes casos, de gratidão pela lealdade e pelos serviços prestados por ela “na doença e na saúde”. Ele prometeu não demandar mais os serviços da ex-escrava, com

<sup>29</sup> “Enregistrement de liberté (...)”, 26 ventoso ano XII, folio 25 verso, registro intitulado “Actes déclarations & dépôts divers, 10 Pluviose An XII-12 Avril 1809”, no volume “Registre Comprenant du 10 Pluviose an XII au 10 Vendémiaire an XIII”, 6supsdom/3, Agence des Prises de la Guadeloupe, Dépôt des Papiers Publics des Colonies (daqui em diante APG, DPPC), ANOM.

<sup>30</sup> “Enregistrement de liberté (...)”, 26 ventoso ano XII. O apelido Résinette pode ser um diminutivo carinhoso de raisiné, geleia de uva (como sugeriu Valérie Segu Gobert). Não localizamos informações sobre os batismos das outras três crianças, embora alguns trechos nos documentos de Jérémie sejam sugestivos, incluindo o batismo, em 1795, de “Marie Louise mulatresse” e “Jean Théodore mulatre”, aparentemente na mesma paróquia de Cap-Dame-Marie. Ver as páginas sem título, aparentemente a continuação de um *répertoire*, localizadas na pasta 12, caixa 5, Jérémie Papers, SC, UFL.

exceção dos que ela quisesse prestar por livre e espontânea vontade e pelos quais ele pagaria um salário. Ela estava livre para ir aonde quisesse e decidir sobre os rumos de sua vida. Ele declarou que o documento devia ser tratado como se tivesse o mesmo poder de um documento autenticado por um tabelião. Diante da possibilidade de sua partida para a França, outorgou poderes ao portador do documento para “obter sua ratificação perante os governantes da colônia, ou em qualquer outro país aliado da França onde a dita *négresse* estabeleça residência”.<sup>31</sup>

O conteúdo desse documento de alforria de 1803 é muito estranho. Sabemos que quatro anos antes Rosalie fora designada *négresse libre* (negra livre), quando Michel Vincent fora batizar sua filha Elisabeth Dieudonné, e que esta nascera livre. A própria Rosalie fora provisoriamente liberta pela alforria concedida por Marthe Guillaume em 1795 e, mais tarde, havia conquistado sua liberdade plena em virtude dos decretos de emancipação aprovados pela Assembleia Nacional francesa. Então, por que Rosalie e seus filhos precisavam ser alforriados mais uma vez?

A resposta talvez tenha a ver com o poder da palavra escrita numa situação de incerteza, e com o potencial simbólico e jurídico dos documentos, mesmo os não oficiais. Com a guerra em andamento, era difícil prever o que ia acontecer, sobretudo se a abolição da escravidão em São Domingos seria mantida. Além disso, a situação em Les Abricots estava se tornando tão perigosa que Rosalie talvez precisasse fugir para uma das ilhas do Caribe – e em quase todos os outros lugares das Américas a escravidão ainda vigorava. Mesmo as mais rígidas sociedades escravistas geralmente reconheciam o direito dos senhores de alforriar seus escravos, contanto que fossem respeitadas as regras governamentais de cada país.<sup>32</sup> Portanto, uma alforria individual assinada por um homem

<sup>31</sup> “Enregistrement de liberté (...”, 26 ventoso ano XII. Ver Scott e Hébrard, “Servitude”, para o texto do documento em francês.

<sup>32</sup> Os critérios legais para a concessão de alforrias podiam, por exemplo, basear-se na idade e na conduta do escravo em questão e nos direitos dos herdeiros e dos credores do senhor. O estado de Louisiana, onde Elisabeth Dieudonné terminou por se estabelecer, impôs restrições cada vez maiores ao longo do tempo. Ver Judith Kelleher Schafer, *Becoming Free, Remaining Free: Manumission and Enslavement in New Orleans, 1846-1862*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2003.

branco, que se declarava senhor de escravos, provavelmente tinha mais eficácia do que um decreto da república francesa (ou que o documento particular criado por Martonne, mulher negra, durante a ocupação das forças britânicas). E Michel Vincent teria que os declarar todos eles, até mesmo seus filhos, como escravos, para ter a autoridade para libertá-los.<sup>33</sup>

O plano de Michel Vincent de partir para França nunca se materializou. Em meio aos tumultos de maio e junho de 1803, ele provavelmente não teve como conseguir passaporte, ou não teve dinheiro para a passagem, ou não encontrou um comandante de navio disposto a levá-lo. Talvez o seu estado de saúde tenha piorado, ou, quem sabe, tenha-lhe faltado coragem quando chegado o momento de deixar os filhos, ou ainda, ele simplesmente não tivesse ajeitado as coisas a tempo. O relato de uma testemunha sobre essas semanas, escrito por um fazendeiro e oficial francês, Peter Chazotte, nos permite visualizar o que aconteceu a seguir.

Chazotte escreveu que, em junho de 1803, diante do avanço de rebeldes negros do sul, o general francês Sarrazin ordenou às suas tropas e às legiões polonesas sob seu comando que se retirassem dos distritos rurais nos arredores de Jérémie. Chazotte ficou irritado com a decisão, que considerou covarde, mas foi de fazenda em fazenda transmitindo a ordem e mandando os civis fugirem. Ele logo seria informado de que “o país [...] do outro lado da nossa montanha *estava todo em chamas*”. À medida que as chamas se aproximavam, as pessoas procuravam refúgio e alguma maneira de fugir. Na baía em Les Abricots, “tendo somente duas embarcações pequenas, tomou-se a decisão de embarcar primeiro as mulheres e as crianças brancas e depois as de cor”. Aqueles que não puderam embarcar – uma multidão de retirantes negros, brancos e pardos, levando somente o que conseguiam carregar – arrastaram-se a pé pela estrada de terra até Jérémie. “Abandonamos a pequena cidade de Abricots no instante em que uma fileira de mil negros invadiu com tochas acesas em suas mãos”.<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Sobre documentos comparáveis, criados em situação semelhante de incerteza em Guadeloupe, ver Dubois, *A Colony of Citizens*, cap. 2.

<sup>34</sup> Peter S. Chazotte, *Historical Sketches of the Revolutions, and the Foreign and Civil Wars in the Island of St. Domingo*, Nova York: Wm. Applegate, 1840, pp. 32-5.

A cidade de Jérémie, entremeses, não oferecia refúgio seguro. A França e a Inglaterra estavam de novo em guerra, e as tropas francesas não podiam contar com provisões ou reforços da França. Em poucos dias, a cidade seria evacuada pelo comandante francês, cujas tropas francesas e polonesas sitiadas estavam quase morrendo de fome. Alguns civis juntaram-se aos revolucionários, esperando pelo melhor; outros tentaram escapar de barco. Navios inimigos ingleses, rondando a área, capturaram alguns dos barcos que tentavam fugir, tanto militares como civis. No entanto, muitos passageiros acabaram conseguindo chegar ao porto seguro mais próximo, Santiago, na costa leste da colônia espanhola de Cuba.<sup>35</sup> Michel, Rosalie e pelo menos um de seus filhos estavam entre eles.<sup>36</sup>

## Santiago de Cuba

A cidade portuária cubana ficou tumultuada com a chegada dos barcos lotados com refugiados de vários portos em São Domingos, trazendo quase dezoito mil pessoas. Refugiados brancos, mulheres de cor, crianças e “criados domésticos leais” recebiam permissão para desembarcar; já os soldados franceses, exaustos e maltrapilhos, geralmente não recebiam essa autorização.<sup>37</sup> Temendo o contágio revolucionário, as autoridades deram ordens para que todos os refugiados negros com mais de treze anos fossem mantidos fora da cidade e deportados para o continente (*Tierra Firme*) na primeira oportunidade. Do ponto de vista dos governantes espa-

<sup>35</sup> Pachóñski e Wilson, *Poland's Caribbean Tragedy*. Os relatos sobre a retirada da população de Jérémie, encontrados nos Rochambeau Papers, SC, UFL, são igualmente intensos. Ver, por exemplo, o relatório de um capitão de navio no item 2021 : “Copie du Rapport du Citoyen Pruniet, Capitaine de la falouche la Doucereuse venant de Jérémie”.

<sup>36</sup> Michel Vincent, identificado como *mareschal* (ferreiro), aparece na referência ao “Testament de Michel Etienne Henry Vincent Mareschal dem<sup>1</sup> ordin<sup>1</sup> au Bourg des Abricots”, Actes, Déclarations et Dépôts Divers, S<sup>1</sup> Yago de Cuba, 1806–1809, Vol. II, 6supsdom/2, APG, DPPC, ANOM.

<sup>37</sup> Gabriel Debien, “Les colons de Saint-Domingue réfugiés à Cuba (1793–1815)”, *Revista de Indias*, n. 54 (1953), pp. 559–605, principalmente p. 590 e 593; Alain Yacou, “Esclaves et libres français à Cuba au lendemain de la Révolution de Saint-Domingue”, *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, n. 28 (1991), pp. 163–97; Laura Cruz Ríos, *Flujos inmigratorios franceses a Santiago de Cuba (1800–1868)*, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2006; Scott e Hébrard, *Freedom Papers*, cap. 3.

nhóis, os ex-escravos que presenciaram ou participaram da Revolução Haitiana representavam uma ameaça inequívoca – embora alguns pudessem talvez ser confiáveis, se aceitassem a reescravização e demonstrassem a adequada subordinação aos seus antigos donos.<sup>38</sup>

Michel Vincent e Rosalie conseguiram chegar à terra firme, juntos ou separados, e sua filha Elisabeth também desembarcou. Mas os outros filhos de Rosalie, Marie Louise, Juste Théodore e Étienne Hilaire, sumiram dos documentos. Talvez tivessem ficado para trás na revolucionária ilha de São Domingos, que em breve passaria a ser o Haiti, ou quiçá estivessem presos nos barcos mantidos ao largo na baía por ordem do governador espanhol. É também possível que tivessem entrado em Cuba, clandestinamente, e se mantido longe dos funcionários responsáveis pela escrituração de documentos e registros.<sup>39</sup>

Aparentemente, durante certo período, Michel Vincent trabalhou como *mareschal*, ferreiro de cavalos e, além disso, ele e Rosalie criaram porcos e galinhas. Com tantos cidadãos franceses em Cuba, os funcionários da *Agence des Prises de la Guadeloupe*, encarregados de arbitrar sobre a propriedade dos barcos apreendidos por navios corsários franceses, improvisaram uma resposta temporária para tratar dos problemas dos refugiados. Não sendo um consulado nem uma embaixada, essa repartição não tinha autoridade legal para autenticar documentos ou oferecer serviços diplomáticos. Seu objetivo principal era criar receita com a venda de navios confiscados e usar o dinheiro para manutenção das colônias francesas restantes, agora bastante isoladas devido ao controle marítimo britânico. Mas, extraoficialmente, esses burocratas faziam o papel de uma chancelaria, copiando ou arquivando documentos relevantes que os refugiados franceses entregavam a eles. Em 1804, Michel Vincent aparentemente ficara doente e, em 14 de março,

<sup>38</sup> Alguns refugiados burlaram os procedimentos da alfândega ao desembarcarem sem comunicar ao comandante no porto. Evidências de desembarques, tanto oficiais como clandestinos, encontram-se espalhadas nos diversos documentos no Fondo Correspondencia de los Capitanes Generales, incluindo Legajos 63, 445 e 471, Archivo Nacional de Cuba, Havana (ANC).

<sup>39</sup> Podemos confirmar a presença de Elisabeth com base em documentos produzidos mais tarde, que demonstram que ela foi de Santiago para Nova Orleans com a madrinha. Ver Scott, “Public Rights and Private Commerce”. A presença de Marie Louise é menos evidente. Ver discussão sobre o testamento de Michel Vincent abaixo.

levou seu testamento a essa agência em Santiago, onde o documento foi homologado.<sup>40</sup>

Três dias mais tarde, a própria Rosalie foi pedir aos mesmos funcionários para registrar seus documentos de alforria, que tinham sido escritos em Les Abricots dez meses antes. Com Michel à beira da morte, Rosalie aparentemente tinha esperança de que o registro em um cartório francês desse aos seus documentos mais força, incrementando o poder legal de sua frágil prova de liberdade. Como Rosalie via acontecer ao seu redor, outras mulheres que chegavam de São Domingos, livres como ela, por determinação de decretos republicanos franceses, eram tratadas em Cuba como escravas e vendidas de um suposto senhor para outro. Na verdade, não havia garantia de que os funcionários franceses, que estavam buscando aumentar a receita, ficariam imunes à mesma tentação. Mas ela resolveu arriscar.<sup>41</sup>

O escrivão francês em Santiago começou a executar sua tarefa como se estivesse tratando com um senhor de escravo, escrevendo “Registro de Liberdade concedido por –”. Então parou, incluiu um ponto e começou outra vez com uma preposição diferente, esclarecendo que esse texto tratava da alforria *da* mulher de nome Marie Françoise, chamada Rosalie. Nesse momento crucial, Rosalie estava, na realidade, sendo autorizada a atestar sua própria liberdade. Fazendo uso do último resquício das práticas da Era das Revoluções na França e em São Domingos, o funcionário deu a Rosalie um título de distinção, *citoyenne* (cidadã), quando transcreveu o texto dela para o registro. O funcionário

<sup>40</sup> O funcionário que transcreveu o relatório da herança de Vincent, feito por François Vallée, foi Bascher Boisjoly, que fora membro do tribunal de Sénéchaussée, em Jérémie (6supsdom/3, APG, DPPC, ANOM). Ainda não encontramos cópia do testamento de Michel Vincent, embora seja feita referência a ele no Vol. II, 6supsdom/2, APG, DPPC, ANOM. Sobre os refugiados franceses em Santiago, ver também Debien, “Colons”; Yacou, “Esclaves”; e Olga Portuondo Zúñiga, *Entre esclavos y libres de Cuba colonial*, Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2003, pp. 58-97.

<sup>41</sup> Ver, por exemplo, a venda de outra mulher, coincidentemente chamada Rosalie. O vendedor disse ter perdido seu título de propriedade, mas reivindicou a posse com base em um ferrete no corpo da mulher. Venda, Brebion a Marsand, 12 frutidor ano 12, Archives Coloniales, Saint Domingue, *Agence des Prises de la Guadeloupe, Correspondence, Actes, declarations & dépôts divers St. Yago de Cuba, An XII-An XIV*. Este volume, agora no ANOM (e citado acima), foi microfilmado sob o número 960762, Genealogical Society of Salt Lake City. Essa citação encontra-se na versão em microfilme.

também deu a Rosalie uma cópia do novo documento assinado por ele. Na verdade, o título de *citoyenne* não tinha quase nenhum valor legal e, além disso, a *Agence des Prises* não era, na realidade, um consulado, e os serviços e documentos processados pelos funcionários não necessariamente seriam respeitados pelos tribunais coloniais de Cuba. Por ora, no entanto, de posse desse texto híbrido e em companhia do homem que afirmara ser seu ex-dono e agira como tal, Rosalie aparentemente manteve sua liberdade em Santiago. Mas, em poucos dias, Michel Vincent estava morto, e um testamenteiro foi nomeado para executar as cláusulas do testamento.<sup>42</sup>

O relatório do testamenteiro foi preservado nos arquivos dos funcionários franceses em Santiago, e testemunha como um procedimento mais formal podia desfazer os acordos negociados durante o limbo jurídico provocado pela guerra e pela revolução. O testamenteiro François Vallée, alfaiate e imigrante de São Domingos, começou explicando o que havia feito com os bens móveis que pertenciam ao espólio. Ele vendera os “porquinhos”, assim como os “*serpes et haches*” (podões e machados), gerando uma modesta quantia de sete gourdes e meio, equivalentes ao mesmo valor em piastras espanholas. Ele deu o cavalo vermelho, juntamente com as galinhas e as chaleiras, para a cidadã Rosalie, que foi identificada como *légataire particulière* (legatária) de Michel Vincent. Então o testamenteiro informou que ele ia dar também a *négresse* Marie Louise Désir para Rosalie, como determinava o testamento. Esta pode ter sido a filha de Rosalie, em outros documentos chamada Marie Louise *dite* Resinette, porém é mais provável que fosse uma criada doméstica (provavelmente escravizada) de Michel Vincent. O testamenteiro disse que, por causa da dívida que recaía sobre o espólio, ele não entregara Marie Louise para Rosalie, significando que ela seria mantida pelo testamenteiro como empregada, ou vendida como escrava, para pagar os credores de Michel Vincent.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> “Enregistrement de liberté [...]”, 26 ventôse an XII.

<sup>43</sup> “Remise de Succ<sup>a</sup> par Vallée”, 9 floréal ano XII, 6supsdom/3, APG, DPPC, ANOM. Essas mudanças nos nomes eram comuns, especialmente nos casos em que, por circunstâncias do nascimento, as crianças não podiam adotar o sobrenome paterno. Ver a interpretação sobre as práticas de escolha de nomes em Jean Hébrard, “Esclavage et dénomination: imposition et appropriation d'un nom chez les esclaves de la Bahia au XIXe siècle”, em Hébrard, Mattos e Scott (orgs.), *Écrire*

Elisabeth Dieudonné, a filha de Rosalie que nasceu livre, já estava ou iria em breve morar com a madrinha, a viúva Aubert, que também fugira de Les Abricots para Santiago. Mas, contar com a ajuda de refugiados mais prósperos de São Domingos era uma estratégia arriscada, já que muitos deles estavam transformando em escravos as pessoas de cor que haviam fugido junto com eles. A viúva Aubert pode ter servido de tutora para proteger Elisabeth, sem que isso significasse que ela rejeitava a ideia de possuir escravos. Se tratou Elisabeth como filha, empregada, ou uma combinação dos dois, é difícil dizer.<sup>44</sup>

Além do mais, na era das guerras napoleônicas, todos os refugiados de São Domingos em Cuba estavam vulneráveis às mudanças políticas na Europa. Quando as tropas de Bonaparte entraram na Espanha, em 1808, a relação entre a Espanha e qualquer cidadão francês nas colônias espanholas foi imediatamente posta em questão. Quando os espanhóis na Península Ibérica se revoltaram contra as forças de Napoleão, em 1809, a França passou a ser considerada inimiga também nas colônias. Tempos antes, o governo colonial espanhol havia oferecido a alguns refugiados em Cuba a possibilidade e jurar fidelidade à coroa espanhola, e as autoridades locais ficaram satisfeitas com o aumento do cultivo do café pelos lavradores imigrantes. Mas, depois das revoltas na península, existia uma pressão forte para a expulsão dos franceses das colônias espanholas, obrigando até mesmo os seus protetores a agir contra eles. Em abril de 1809, o governador ordenou que todos os franceses deixassem a ilha.<sup>45</sup>

Para Rosalie e sua filha Elisabeth a situação ficou insustentável.

---

*l'esclavage, écrire la liberté*, pp. 31-92. O relatório do testamenteiro não menciona herdeiros necessários na França. Em 1827, quando a França concordou em reconhecer a independência do Haiti em troca de uma imensa indenização, os herdeiros legítimos de Michel Vincent, incluindo um sobrinho-neto, vivendo na França, entraram com um pedido ao governo francês para receber uma parte da indenização. Ver V 141, Vincent (Michel Étienne Henry), 1390, Indemnités traités, em 7supsdom/97, DPPC, ANOM.

<sup>44</sup> A viúva Aubert mais tarde declarou ter sido como uma mãe para Elisabeth, desde sua infância. Ver abaixo uma discussão sobre o contrato de casamento de Elisabeth com Jacques Tinchant em 1822. Sobre reescravização de libertos pelos imigrantes, ver Martha S. Jones, "Time, Space, and Jurisdiction in Atlantic World Slavery: The Volunbrun Household in Gradual Emancipation New York", *Law and History Review*, n. 29 (2011), pp. 1031–60.

<sup>45</sup> As intrigas e as políticas em torno dessa expulsão foram muito complexas. Ver Portuondo, *Entre esclavos*, pp. 78-82.

Elas não estavam protegidas pelas leis da abolição geral de 1793–94, que, aliás, não seriam mais sustentadas por nenhum funcionário francês. Além disso, elas faziam parte de uma população de refugiados cujos membros mais abastados tinham rapidamente retomado os hábitos da sociedade escravista. Agora estavam todos a ponto de serem expulsos. Os que receberam ordens de partir teriam que, novamente, tentar achar um navio, dinheiro para passagem e passaportes. Outra vez a família seria separada: Elisabeth foi para Nova Orleans com sua madrinha, a viúva Aubert. Rosalie – uma mulher africana cujo *status* de pessoa livre seria muito frágil em qualquer sociedade escravista – aparentemente permaneceu em Santiago, achando depois um jeito de retornar ao Haiti, agora independente. Não temos nenhum documento sobre o destino dos outros três filhos dela.<sup>46</sup>

## Nova Orleans

Durante os meses da primavera e do verão de 1809, dúzias de navios repletos de refugiados de língua francesa, vindos do leste de Cuba, chegaram ao porto de Nova Orleans. O governador do território, William C. C. Claiborne, viu-se diante de um problema político imenso. Muitos dos homens e das mulheres a bordo das embarcações afirmavam que outros passageiros eram seus escravos. Esses “escravos” incluíam mulheres e homens libertos de São Domingos, alguns dos quais haviam sido reescravizados em Cuba, bem como outros comprados como escravos na ilha. Um pouco antes, porém, o Congresso dos Estados Unidos havia proibido o tráfico internacional de cativos, sendo assim, ninguém podia legalmente trazer escravos de fora para dentro do país. Uma solução lógica teria sido reconhecer formalmente os decretos da Abolição Francesas de 1793-94 e declarar livres todos os que vieram de São Domingos. Mas esse não era o tipo de solução que um governador de uma sociedade escravista do território da Louisiana quisesse ou pudes-

---

<sup>46</sup> A saída de Santiago foi, na prática, um processo vagaroso, incompleto e negociado. As correspondências, as lista de passageiros e os documentos no Fondos Asuntos Políticos e na *Correspondencia de los Capitanes Generales*, ANC, dão uma ideia da complexidade desse processo.

se considerar. Em vez disso, o governador W. C. C. Claiborne tratou as circunstâncias como extraordinárias e, finalmente, permitiu que os passageiros desembarcassem, alguns como homens e mulheres livres, outros como escravos.<sup>47</sup>

A viúva Aubert, madrinha da filha de Rosalie, Elisabeth, conseguiu chegar de Santiago a Nova Orleans. O companheiro da viúva, Jean Lambert Détry, um belga dono de pousada que virou marceneiro, comprou dois lotes de terra em Faubourg Marigny, próximo ao rio, na Rue Moreau. Détry começou a trabalhar como construtor, empregando vários escravos como serradores. A viúva rapidamente tornou-se uma mulher de negócios, vendendo e comprando propriedades e escravos. Foi na casa dessa mulher que a jovem Elisabeth Dieudonné foi criada, com a viúva servindo de mãe substituta – e talvez também de patroa.<sup>48</sup>

Quando Jean Lambert Détry faleceu em 1821, deixou um “testamento lacrado” – quer dizer, um testamento preparado confidencialmente e lacrado no tabelião. Legou a maior parte de suas propriedades para duas jovens de cor que eram as filhas naturais de seu amigo e testamenteiro François Xavier Freyd, mas deu usufruto vitalício da maior parte de suas propriedades para a viúva Aubert, que viveu até os 90 anos. Ele estipulou que dois de seus escravos deveriam ser libertados assim que atingissem “a idade exigida por lei para a alforria”.<sup>49</sup> Détry

<sup>47</sup> Sobre a retirada de refugiados de Santiago para os Estados Unidos, ver os artigos em Carl A. Brasseaux e Glenn R. Conrad (orgs.), *The Road to Louisiana: The Saint-Domingue Refugees 1792–1809*, Lafayette: Center for Louisiana Studies, University of Southwestern Louisiana, 1992; e o trabalho de Paul Lachance, incluindo “Repercussions of the Haitian Revolution in Louisiana”, in David P. Geggus (org.), *The Impact of the Haitian Revolution in the Atlantic World* (Columbia: University of South Carolina Press, 2001), pp. 209–30. Ver também Nathalie Dessens, *From Saint-Domingue to New Orleans: Migration and Influences*, Gainesville: University Press of Florida, 2007. Sobre o desenrolar dos acontecimentos e as dificuldades enfrentadas pelo governador, ver Dunbar Rowland (org.), *Official Letter Books of W. C. C. Claiborne*, Jackson: State Department of Archives and History, 1917, vols. 4 e 5.

<sup>48</sup> O documento de compra da terra é “Vente de terrain par B<sup>d</sup> Marigny à Lambert Détry”, 20 Juillet 1809, p. 348r, 348v, 349r, Notary M. de Armas, Acts n. 2, NONARC. No censo de 1810 dos Estados Unidos, na seção sobre a Louisiana, Lambert Détry aparece como oitavo morador registrado da Rue Moreau, em uma casa com um residente branco, três “outros indivíduos livres” e treze escravos. Ver United States National Archives (USNA), Microcopy M252, Roll 10, p. 272. Détry e a viúva aparecem em documentos adjacentes de compra de escravos nos documentos oficiais de Philippe Pedesclaux, 8 de março de 1817, NONARC.

<sup>49</sup> O nome de um dos escravos era Blaise. A outra escrava aparece com o nome Marie Louise no relatório do testamenteiro, e Marie Joseph na cópia do testamento arquivada com o juiz. Existe

também designou um legado de quinhentos dólares para a afilhada de Aubert, Elisabeth Dieudonné, filha de Michel Vincent e Rosalie. Détry explicou o legado, referindo-se a ela como sua afilhada, embora tecnicamente não fosse o caso. Talvez os anos de convivência com a viúva Aubert tivessem dado a ele esse *status* de fato.<sup>50</sup> Na verdade, ao longo de seu duradouro relacionamento conjugal com a viúva Aubert, Lambert Détry estabelecera uma extensa rede de dependentes, a maioria pessoas livres de cor. Détry não mencionou no seu testamento qualquer herdeiro necessário que pudesse existir na Bélgica, mas, após sua morte, um grupo de parentes contratou um advogado e tentou invalidar seu testamento, com o argumento de que ele vivera abertamente em concubinato com a viúva Aubert. Eles chegaram rapidamente a um acordo, recebendo uma parte dos bens.<sup>51</sup>

---

a possibilidade remota de que ela fosse a filha mais velha de Rosalie, Marie Louise *dite* Résinette, que pode ter sido escravizada em Santiago e comprada por Lambert Détry. A sua idade e o local de seu nascimento nos documentos, no entanto, não são os mesmos e Marie Louise era um nome comum. Liquidation & partage de la Succ<sup>on</sup> Lambert Détry, aux termes de la transaction judiciaire passée entre les héritiers & les légitaires de feu Lambert Détry, File D-1821, Inventories of Estates, Court of Probates, Orleans Parish, Louisiana in City Archives, New Orleans Public Library (daqui em diante NOPL).

<sup>50</sup> Ver “Liquidation & partage”, citado acima. Détry refere-se à sua legatária como Marie Dieudonné, f. de c.1, mas o testamenteiro mais tarde identificaria Marie Dieudonné como a esposa de Jacques Tinchant, deixando claro que essa era, na realidade, a filha mais nova de Rosalie, Elisabeth (que, em algum momento, passou a usar o nome Marie). Ver também a referência de 1822 a “[...]Marie Dieudonné f. de couleur et Libre demeurant par [ilegível] en cette ville faubourg marigny chez marie Blanche Vv Aubert, f de c et qui l’ayant recueillie des sa plus tendre enfance lui a constamment tenu lieu de mère; née a Saint Domingue, fille naturelle et majeure de rozalie vincent qui réside en ce moment à Saint Domingue [...].” Contrato de casamento, Jacques Tinchant e Marie Dieudonné, 26 de setembro de 1822, p. 31, vol. 22, Notary M. Lafitte, NONARC.

<sup>51</sup> Os indivíduos que se apresentaram como sendo os “herdeiros legais”, Jean Joseph Détry, Marie Françoise Détry, viúva de Jean Georges Paternot, Marie Thérèse Détry, esposa de Antoine Bauman, Joseph Germain Détry e Thérèse Détry, esposa de Pierre Joseph Guiotte, contrataram o advogado P. Derbigny alegando que o testamento não tinha efeito legal, “porque não está de acordo com as formalidades exigidas pela nossa lei e também porque contém disposições que são proibidas por essas leis”. Além disso, alegaram que a cláusula na qual a viúva baseava a sua reivindicação “[...] é nula porque é um legado para herdeiro universal, e tal legado é proibido entre pessoas que viviam abertamente em concubinato, como afirmam esses réus sobre a querelante e o falecido, F. L. Détry, que realmente viveram e estavam vivendo [em concubinato] na época da morte de Détry”. O processo está arquivado como Marie Louise Blanche, viúva Aubert, fwc vs. Détry Jean (François X. Freyd, testamenteiro) ano 1822, processo nº 206, in Court of Probates (Série Numerada). O original está atualmente arquivado juntamente com os “flattened records” na Louisiana, NOPL. Devemos agradecimentos especiais a Irene Wainwright, da NOPL, por ter encontrado este documento, que não havia sido microfilmado juntamente com outros processos judiciais desse tipo.

Com a promessa do legado de Détry em mãos, Elisabeth Dieudonné (às vezes chamada Marie), agora com vinte e três anos, ficou noiva de um jovem chamado Jacques Tinchant, filho de Suzette Bayot, uma imigrante de cor de São Domingos. Quando o contrato de casamento foi redigido, em 1822, foi a viúva Aubert quem compareceu com a noiva ao cartório. Ela afirmou que era como uma mãe para Elisabeth, desde quando esta era criança; afirmou ainda que, naquele momento, a mãe biológica da noiva não estava morando em Nova Orleans, mas no lugar que a viúva continuava a chamar de “Saint-Domingue”. A mãe de Elisabeth tinha tomado o nome do homem que nunca a desposara, Rosalie Vincent.<sup>52</sup>

Pouco mais de um ano depois do casamento, Elisabeth Dieudonné e Jacques Tinchant se afastaram da viúva.<sup>53</sup> Jacques prosperou profissionalmente como marceneiro e construtor e, em 1835, foi a um cartório para constituir uma sociedade formal com seu meio irmão, Pierre Duhart, com o objetivo de comprar terrenos, construir casas e vendê-las. Adquiriram dois escravos cujo trabalho complementava o deles.<sup>54</sup> À medida

<sup>52</sup> Ver o contrato de casamento citado acima. O manuscrito da certidão do casamento religioso registra a mãe da noiva (“la expresada Madre de la contrayente”) como testemunha, mas é difícil saber se a própria Rosalie Vincent esteve presente à cerimônia, ou se o padre simplesmente considerou a viúva Aubert mãe da noiva. O documento arquivado é uma cópia e parece que a pessoa que o transcreveu pulou uma linha, alterando a primeira referência sobre a noiva. Ver Act 328, 28 de setembro de 1822, in Saint Louis Cathedral, Marriages of Slaves and Free Persons of Color, v. 1, 1877–1830, Part 2, nos Archives of the Archdiocese of New Orleans (daqui em diante AANO). O resumo da cópia desse documento aparece em Charles E. Nolan (org.), *Sacramental Records of the Roman Catholic Church of New Orleans*, Nova Orleans: Archdiocese of New Orleans, 2000, v. 15, p. 368.

<sup>53</sup> Jacques entrou com um processo para tentar receber da viúva o legado prometido pelo falecido Lambert Détry. Ela argumentou que a subsistência do casal havia consumido o equivalente ao valor do legado e que ela não lhe devia nada – de fato, ele é que devia a ela US\$103.20. No transcorrer dessa desagradável disputa, a viúva Aubert produziu um documento que revela a importância, para cada uma dessas famílias, do trabalho de uma escrava chamada Gertrude, de mais ou menos 22 anos, que a noiva recebera como presente de casamento. O aluguel de Gertrude rendia US\$140 por ano – uma quantia maior do que as despesas anuais do casal com alimentação. Ver Jacques Tinchant vs. Marie Blanche Widow Aubert, docket #3920, Parish Court, Orleans Parish, Louisiana Division, NOPL.

<sup>54</sup> Ver “Société entre Jacques Tinchant et Pierre Duhart”, Act. 62, 1835, Notary Théodore Seghers, NONARC. Os seus negócios estão documentados nos volumes de Seghers. Pierre Duhart era filho da mãe de Jacques Tinchant, Marie Françoise *dite* Suzette Bayot, e Louis Duhart, um professor branco e maçom. Por causa da proibição do casamento interracial na Lousiana, o relacionamento de Bayot e Duhart era tecnicamente considerado concubinato, embora Suzette Bayot fosse, às vezes, chamada de Suzette Duhart. Bayot e Duhart se mudaram para a França na década de 1830,

que Jacques e sua esposa ascenderam como proprietários e tiveram filhos, alguns dos documentos que haviam assinado antes, aparentemente, passaram a ser motivo de preocupação para eles. Em novembro de 1835, foram a um cartório para retificar o nome de Elisabeth na certidão de casamento. O casal agora tinha em mãos uma cópia da certidão de batismo de Elisabeth, na qual seu pai, Michel Vincent, reconhecia a paternidade da menina. Então, pediram que o nome dela fosse corrigido e que aparecesse no documento como Elisabeth Dieudonné Vincent.<sup>55</sup>

O aparecimento repentino e muito conveniente da certidão de batismo – trinta e seis anos depois do batizado e quinze anos depois do casamento de Elisabeth – foi para nós, inicialmente, um enigma. Porém, existe uma pista: o documento que eles apresentaram não foi o original de 1799, mas uma cópia feita por um funcionário haitiano, em 1823. Dado o que sabemos sobre Rosalie Vincent, surge uma hipótese. Rosalie demonstrou estar ciente da importância de um documento oficial quando, ainda em Les Abricots, conseguiu que Michel Vincent produzisse um documento de alforria e, ainda mais, quando levou esse documento para ser recopiado por um funcionário francês em Santiago. É possível que, enquanto criança, vivendo numa sociedade muçulmana do vale do rio Senegal, a mulher mais tarde chamada Rosalie tivesse aprendido a importância da palavra escrita ou de um amuleto, também escrito, que oferecesse proteção.<sup>56</sup> Se Rosalie trouxe essa noção com ela da África ocidental ou a aprendeu na casa da comerciante Marthe Guillaume na *Place d'Armes*, em Jérémie, ou a descobriu por si mesma na casa de Michel Vincent, em Les Abricots, o fato é que ela compreendia a importância que tinham os documentos escritos.

---

onde se casaram. Ver a certidão de casamento de Marie Françoise Bayot e Louis Duhart, de 17 de abril de 1832, no *Registre de Mariages*, Archives Départementales des Pyrénées Atlantiques, Pau (ADPA).

<sup>55</sup> Ver “Rectification de noms d'épouse Tinchant dans son contrat de mariage”, 16 de novembro de 1835, Act 672, 1835, Notary Theodore Seghers, NONARC.

<sup>56</sup> Durante o século XVIII, o papel era uma das mercadorias mais negociadas em alguns trechos do rio Senegal e, na cultura islâmica do norte da Senegâmbia, a leitura era muito pestigizada e a escrita considerada uma fonte de poder. Ver P.-David Boilat, *Esquisses sénégalaises*, Paris: Éditions Karthala, 1984 [orig. 1853]; James F. Searing, *West African Slavery and Atlantic Commerce: The Senegal River Valley, 1700–1860*, Cambridge: Cambridge University Press, 1993; e Barry, *Senegambia*. Agradecemos a Mamadou Diouf, Boubacar Barry, Ibrahima Thioub e Rudolph Ware pelas discussões sobre o Senegal no final do século XVIII e no início do XIX.

Uma função dos documentos oficiais é tornar irrelevante a complexidade dos fatos anteriores nos quais se baseiam. Sua natureza oficial intrínseca torna peremptória a palavra escrita – ela substitui a história complicada que existe por trás dela.<sup>57</sup> “Rosalie é minha escrava e por meio desta eu a declaro livre.” Com uma assinatura oficial, essas palavras podiam tornar-se o tipo de carta de alforria que uma mulher africana, vivendo na cidade escravista de Santiago, precisava possuir para exibir, caso fosse parada ou interrogada, ou tivesse assuntos para tratar que exigissem registro em cartório. Não importava que não fosse escrava quando saiu de São Domingos, e que Michel Vincent provavelmente nunca tivesse sido seu dono. A escravidão foi uma criação do direito positivo e tal lei positiva fora abolida em São Domingos. Mas em sociedades escravistas como Cuba, onde se presumia que a maioria dos africanos e dos seus descendentes diretos fossem escravos, a liberdade também foi uma criação do direito positivo. Então Rosalie, considerada livre em um sistema de governo, teve que achar uma maneira de se tornar livre em outro, e conseguiu.

A filha de Rosalie, Elisabeth, enfrentou um desafio diferente. Sua liberdade não foi questionada, mas, porque era filha natural e não tinha o sobrenome do pai, sua legitimidade e posição social, sim. Mesmo o casamento religioso com Jacques Tinchant não havia conseguido eliminar o estigma. Porém, talvez Rosalie pudesse fazê-lo. Em abril de 1835, um navio de dois mastros, a escuna *Ann*, aportou em Nova Orleans, vindo de Port-au-Prince, Haiti. Na lista de passageiros encontramos o nome Rosalia Vincent. A versão em espanhol do nome Rosalie talvez seja do tempo em Cuba, mas sabemos de onde veio o sobrenome Vincent. É provável que tivesse sido Rosalie quem conseguiu uma cópia da certidão de batismo de Elisabeth com as autoridades em Jérémie, talvez um pouco depois de seu casamento, em 1822. Ela então embarcou num navio levando o documento com ela para Nova Orleans, onde o poder do mesmo podia ser incrementado a partir do registro em um cartório.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> Agradecemos a Scott Shapiro, da Universidade de Michigan, por essa observação.

<sup>58</sup> Rosalia Vincent aparece na lista de passageiros com a idade estimada de 50 anos – mas ela provavelmente era uns 18 anos mais velha. Em 1793, Rosalie de nação poulard foi declarada uma jovem de 26 anos, portanto nascida em 1767. Mas não parece existir muita precisão nos

Tendo encontrado um tabelião disposto a considerar o documento como prova suficiente de paternidade, Elisabeth Dieudonné passou a reivindicar o direito ao sobrenome Vincent de seu pai. Por causa da distinção feita no Código Civil da Louisiana entre reconhecimento e legitimação, não fica totalmente claro se o nome de Michel Vincent na certidão de batismo conferia à sua filha natural o direito de adotar seu sobrenome legalmente. Mas esse tabelião de Nova Orleans, que por muitos anos tratara dos negócios de Jacques Tinchant, concordou.<sup>59</sup> Quando o nome de Elisabeth Vincent apareceu em documentos subsequentes, não parecia ser mais o nome da filha de uma ex-escrava, pelo contrário, não se podia distinguir o seu nome dos de pessoas nascidas em famílias que sempre haviam sido livres.<sup>60</sup>

Conseguimos uma confirmação definitiva de que Rosalie Vincent, agora com quase setenta anos, conseguira chegar à Nova Orleans. Em 1836, Jacques Tinchant e Elisabeth Vincent levaram seu filho mais novo para ser batizado na catedral de Saint-Louis, no coração de Vieux Carré. Eles o batizaram com o nome Juste – nome do irmão de sua mãe, filho de Rosalie, que desaparecera durante a fuga de Jérémie, trinta anos antes. Foram necessárias três gerações para que se chegasse a esse ponto,

---

rabiscos que registram as idades na lista de passageiros, e existe confirmação subsequente (ver abaixo) de que Rosalie Vincent, mãe de Elisabeth, estava em Nova Orleans nos meses seguintes. A lista de passageiros do navio está reproduzida em “List of all Passengers taken on board the Brig Ann whereof Charles Sutton is Master at the Port of Port Au Prince and bound for New-Orleans”, aqui chegando em 20 de abril de 1835, microfilmado como parte de “Passenger Lists of Vessels Arriving at New Orleans, 1820–1902”, USNA Microcopy 259, Roll 12.

<sup>59</sup> Em 1825, a lei do estado da Louisiana tornou mais difícil a legitimação e limitou os mecanismos disponíveis para o reconhecimento da paternidade: Ver *Civil Code of the State of Louisiana, Nova Orleans: J.C. de St. Romes*, 1825, Livro I, Título VII, Capítulo 3, Seção 1, Art. 217, e seção 2, Artigos 220 e 221.

<sup>60</sup> Já em 1834, ela assinava documentos como Elisabeth Vincent, abandonando o apelido Dieudonné. Ver “V<sup>e</sup> de terre par Jacques Tinchant à Eulalie Després g.c.l.”, 20 de setembro de 1834, act 442, Notary Octave de Armas, NONARC, e *Échange d'immeubles*, 6 de agosto de 1839, Act 646, Notary T. Seghers, NONARC. Sobre as maneiras pelas quais as mulheres no Brasil modificavam seus nomes nos encontros sucessivos com as autoridades seculares e religiosas, ver Hébrard, “Esclavage et dénomination”. Os esforços para ganhar o sobrenome do pai podiam também estar relacionados à esperança de receber herança. Michel Vincent estava morto, mas as indenizações para os antigos proprietários de São Domingos, concedidas pela França, talvez estivessem em pauta também em Nova Orleans. A reivindicação de Elisabeth Vincent, no entanto, teria sido muito fraca – os filhos naturais estavam no final da lista entre os autorizados a receber herança dos pais.

mas assim como seus irmãos mais velhos, o menino Juste foi designado filho legítimo e não filho natural. Alfred Duhart – filho do maçom e professor Louis Duhart, de Nova Orleans, e da mãe de Jacques Tinchant, Suzette Bayot – foi o padrinho. A mulher que escolheram para madrinha não marcou a certidão de batismo com seu próprio traço, mas o padre registrou o seu nome: Rosalie Vincent.<sup>61</sup>

## Epílogo e conclusão

Em 1836, a escravidão estava endurecendo na Louisiana, logo o poder legislativo do estado tentaria impedir a ascensão social de pessoas livres de cor em quase todas as frentes. A mãe de Jacques Tinchant, Suzette Bayot, já havia deixado de vez os Estados Unidos e ido de navio para a França, estabelecendo-se nos Basses-Pyrénées, onde conseguiria legalizar sua união com Louis Duhart.<sup>62</sup> Alguns anos mais tarde, seu filho Pierre, meio irmão e sócio de Jacques Tinchant em Nova Orleans, também se mudou para Gan, perto de Pau, na mesma região, onde se casou com uma jovem francesa. Em 1840, Jacques Tinchant e Elisabeth Vincent, acompanhados de quatro dos seus cinco filhos, também partiram. O filho mais velho deles ficou em Nova Orleans. A história de suas vidas na França, o nascimento do filho Edouard, o estabelecimento pela família de uma firma de importação e exportação de charutos na Bélgica, e a vida de seus filhos em Gan, Pau, Veracruz, Nova Orleans, Mobile e Antuérpia é muito longa para contarmos aqui.<sup>63</sup> Mas podemos con-

<sup>61</sup> A certidão de batismo – que repete o erro da certidão de casamento original, na qual Marie [Elisabeth] Dieudonné é confundida com a sua sogra Suzette Bayole [Bayot] – é “Act 326, St. Louis Cathedral, Baptisms of Slaves and Free Persons of Color, Vol. 25, Part I”, no AANO. Sobre os requisitos formais para servir como madrinha, ver Virginia Meacham Gould, “Henriette Delille, Free Women of Color, and Catholicism in Antebellum New Orleans, 1727–1852”, in David Barry Gaspar e Darlene Clark Hine (orgs), *Beyond Bondage: Free Women of Color in the Americas* (Urbana: University of Illinois Press, 2004), pp. 271–86.

<sup>62</sup> De acordo com o *Digest of the Civil Laws Now in Force in the Territory of Orleans*, de 1808, “os casamentos contraídos por pessoas brancas livres com pessoas livres de cor” não podiam ser celebrados e eram considerados nulos na Louisiana. Ver Título IV, Capítulo II, Artigo 9, do *Digest*, Baton Rouge: Claitor’s Publishing Division, 2008. Para a certidão de casamento na França, em 1832, ver nota 55.

<sup>63</sup> Sobre as condições das pessoas livres de cor, ver Joseph G. Tregle Jr., *Louisiana in the Age of Jackson: A Clash of Cultures and Personalities*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1999, p. 304. Sobre a história subsequente de Edouard Tinchant, ver Scott, “Public Rights and Private Commerce”; e Scott e Hébrard, *Freedom Papers*.

cluir retornando ao extraordinário momento da história da Louisiana com o qual iniciamos este artigo.

O neto de Rosalie Vincent, Edouard Tinchant – filho mais novo de Jacques e Elisabeth – chegou a Nova Orleans, vindo da Antuérpia, em 1862, com 21 anos. Nascido na França, ele chegava à cidade que seus pais haviam deixado porque seu pai se recusara a criar os filhos numa cidade caracterizada por “leis infames e preconceitos estúpidos”, segundo escreveu mais tarde o próprio Edouard. Depois de servir como voluntário no Exército da União, Edouard aproveitou-se de sua eloquência política e de seu francês refinado para se destacar escrevendo cartas ao editor do *Tribune de la Nouvelle Orléans*, a fim de explicar e promover sua crença na igualdade de direitos, tornando-se ainda diretor de uma escola para crianças libertas, quando a guerra terminou. Com o direito de voto concedido a quase todos os homens adultos, ele ganhou a eleição para o 6º distrito de Nova Orleans na Assembleia Constituinte de 1867–68.<sup>64</sup>

No final, somente parte dos ideais de Edouard Tinchant seria incorporada à constituição do estado da Louisiana de 1868. E mesmo com a lei garantindo a igualdade de direitos civis, políticos e públicos, não foi nada fácil impor seu cumprimento.<sup>65</sup> Além disso, depois que a convenção terminou, Edouard Tinchant ficou desempregado. Com sua esposa e filhos pequenos, ele passou os anos da Reconstrução em Mobile, Alabama, erguendo sua modesta fábrica de charutos. Quando a Reconstrução terminou e a supremacia branca saiu vitoriosa, Edouard e sua esposa, Louise Debergue, assim como seus pais em 1840, partiram de navio para outra terra. Eles criaram os seus filhos em Antuérpia, no norte da Europa. Se não puderam se livrar totalmente do que Edouard denominava “preconceitos estúpidos”, pelo menos puderam manter-se fora do alcance de “leis infames”.<sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> Scott, “Public Rights and Private Commerce”.

<sup>65</sup> Para uma discussão sobre o conceito de direitos públicos e a sua relevância para a questão do acesso ao transporte coletivo, ver Rebecca J. Scott, “Public Rights, Social Equality, and the Conceptual Roots of the *Plessy* Challenge”, *Michigan Law Review*, n. 106 (2008), pp. 777–804.

<sup>66</sup> Scott, “Public Rights and Private Commerce”. Sobre a partida da família, ver o pedido de passaporte de Edward Tinchant, emitido em 29 de maio de 1878, em Nova Orleans, in “Passport Applications, 1795–1905, General Records of the Department of State”, RG 59, reproduzido em USNA Microcopy M1372.

Um pouco antes de deixar os Estados Unidos, Louise deu à luz a uma menina. Os pais lhe deram o nome de Marie Louise, talvez por causa do nome de sua mãe, ou porque este lembrasse o nome de alguém que tinha ligação com a mãe de Edouard: sua irmã Marie Louise, que sumira dos documentos durante a fuga de São Domingos. Nas gerações seguintes, os descendentes de Tinchant continuaram a usar o nome Marie Louise, até a bisneta de Edouard, Marie-Louise Van Velsen, que atualmente vive em Antuérpia.<sup>67</sup>

A história de vida de Edouard Tinchant e suas ideias políticas foram atlânticas por definição. Em diferentes momentos, ele se identificou como cidadão francês, cidadão americano, ou de descendência haitiana. Quando pesquisamos as duas gerações anteriores e rastreamos a mulher que inicialmente recebeu o nome de Rosalie nação poulard, por pouco tempo chamada de cidadã Rosalie, e finalmente de Rosalie Vincent, pudemos ver que a perspectiva atlântica da família ia mais longe ainda, do vale central do Rio Senegal à cidade de Jérémie na península do sul de São Domingos, à populosa cidade de Santiago, em Cuba, e, finalmente, até o Haiti independente. As convicções de Edouard Tinchant foram construídas a partir de seu conhecimento das histórias dos homens e das mulheres de sua família, que enfrentaram inúmeras “leis infames” associadas à escravidão. Junto com o trauma transmitido de uma geração para a outra, também foram passados hábitos de engajamento com a escrita e a lei. Quando Rosalie nação poulard enfrentou a crise da guerra e o possível abandono em Les Abricots, em 1803, ela sabia que sua situação requeria a criação de um documento que tivesse poder. E sabia, quando Michel Vincent estava à beira da morte em 1804, que ela tinha de assegurar que o documento de alforria por ele redigido

<sup>67</sup> Sobre o nome da filha deles, ver a anotação, de 3 de julho de 1878, sobre a família de Edouard Tinchant pela administração da *Sureté Publique* N. 148, em M.A., *Vreemdelingendossiers* 1878, Stadsarchief, Antuérpia. Sua filha mais nova aparece como Marie Louise Julie, nascida em Nova Orleans, em 14 de março de 1878. (Não localizamos ainda o registro de batismo que deve se encontrar entre os documentos de uma das igrejas de Nova Orleans). Pela informação sobre as gerações subsequentes, agradecemos a Marie-Louise (LouLou) Van Velsen, que generosamente nos deu acesso a cartas, documentos e memórias sobre seu bisavô Edouard Tinchant, sua avó, Marie Louise Tinchant, e sua mãe, também chamada Marie Louise. Agradecemos, também, com carinho à família de Philippe Strufy, na Bélgica, e a Françoise Cousin, na França, pela ajuda e pela hospitalidade.

fosse recopiado nos assentamentos das autoridades francesas em Santiago. Décadas mais tarde, mesmo depois de sua filha Elisabeth estar casada e com filhos, Rosalie partiu do Haiti para Nova Orleans, aparentemente levando uma cópia da certidão de batismo, que iria, timidamente, dar um sobrenome a Elisabeth. Esta, por sua vez, junto com seu marido Jacques, abandonou o aparentemente bem sucedido negócio em Nova Orleans e mudou-se com seus filhos para a França, país onde os meninos podiam frequentar o liceu.

Ao chegar à Louisiana, o hábito de Edouard Tinchant de usar a palavra escrita, reforçado por seus estudos de retórica em francês e latim no *lycée* em Pau, ganhou vulto em suas cartas públicas, em suas eloquentes e vigorosas iniciativas legislativas. A repulsa pela hierarquia racial era para ele uma questão de princípio, assim como a questão de direitos iguais para as mulheres. Edouard não pôde mudar o passado, no qual a liberdade de Rosalie nação poulard fora negada e no qual a reivindicação do sobrenome Vincent por sua mãe havia exigido tanto esforço. Mas quando chegou o momento, assim como havia feito Rosalie antes dele, aproveitou a oportunidade de escrever a liberdade no tempo presente.

## Agradecimentos

Agradecemos aos colegas que trocaram ideias conosco e nos ajudaram a encontrar documentos. A generosidade de John Garrigus e David Geggus tem sido simplesmente extraordinária e devemos muito a eles pelas pistas para a pesquisa, pelos comentários perspicazes e pelas correções. Agradecemos, também, a Orli Avi-Yonah, José Luis Belmonte, Sueann Caulfield, Myriam Cottias, Natalie Z. Davis, Mamadou Diouf, Laurent Dubois, Sam Erman, Ada Ferrer, Eric Foner, Sylvia Frey, Lindsay Ann Gish, Valérie Sega Gobert, Jane Guyer, Marial Iglesias Utset, Martha S. Jones, Jochen Kemner, Martin Klein, Paul Lachance, Dawn Logsdon, Jorge Macle, Fernando Martínez Heredia, María de los Ángeles Meriño, Mary Niall Mitchell, Vernon Palmer, Aisnara Perera, Esther Pérez, Rebekah Pite, Lawrence Powell, David Robinson, Sylvain Sankalé, Judith Schafer, Scott Shapiro, François Weil e Michael Zeuske.

Os funcionários do Archivo Nacional de Cuba, em Havana, do U.S. National Archives, em Washington, da Special Collections of the Library of the University of Florida-Gainesville, do Archives Départementales, em Pau, do Archives du Sénégal, em Dakar, do Archives Nationales, em Paris, e do Centre des Archives d’Outre-Mer, em Aix-en- Provence, foram generosos com seu tempo e seus esforços. Ann Wakefield, Howard Margot, Charles Johnson e os funcionários do New Orleans Notarial Research Center prestaram assistência fundamental, assim como John Lawrence, Alfred Lemmon e John Magill, do Historic New Orleans Collection, e Wayne Everard, Greg Osborn e Irene Wainwright, da Louisiana Division, New Orleans Public Library. Devemos um agradecimento especial a Keith Manuel, do Departamento de História da University of Florida, que fotografou para a nossa pesquisa documentos adicionais sobre Jérémie na Biblioteca da University da Florida. Descendentes de Jacques Tinchant e Elisabeth Vincent, que atualmente vivem na França e na Bélgica, principalmente Philippe Struyf e Marie Louise Van Velsen, assim como os genealogistas Raymond Bulion, Augusta Elmwood, Andrée-Luce Fourcand, Philippe e Bernadette Rossignol e Barbara Snow colaboraram com pistas para a pesquisa e várias ideias. Agradecemos a Martha S. Jones, Peter Railton, Anne F. Scott, Thomas Scott-Railton e William Scott, pelo tempo em que se afastaram de seus próprios trabalhos para ler ou escutar rascunhos iniciais deste texto. Ao longo do tempo, apresentamos este trabalho na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, em Paris, no Barnard Center for Research on Women, em Nova York, no Program in Latin American Studies e no Department of History da Universidade de Princeton, no Centro Juan Marinello, em Havana, na Universidade de Rice, em Houston, no encontro “The Reluctant Archive”, na Universidade de Michigan, na Université Cheik Anta Diop, em Dakar, no Departamento de História da UNICAMP, e em outras várias oficinas. A todos que foram às apresentações, agradecemos pelos comentários e sugestões.

*Texto recebido em 10/08/2011 e aprovado em 16/12/2011*

## **Resumo**

Este artigo investiga as conexões entre as convicções sobre direitos civis e igualdade de um jovem ativista no pós-guerra civil de Nova Orleans, Edouard Tinchant, e as raízes atlânticas de sua família. Sua avó, Rosalie, fora escravizada em Senegâmbia na década de 1780 e deportada como escrava para a colônia francesa de Saint-Domingue, onde alcançou a sua liberdade durante a Revolução Haitiana. Nesta época, Rosalie deu à luz uma menina, Elisabeth, e fugiu com ela para Cuba como refugiada de guerra. Algumas décadas mais tarde, em Nova Orleans, Elisabeth iniciou sua própria busca por segurança e *status social* através de um tabelião que aceitou registrar sua reivindicação pelo sobrenome do seu pai francês, que nunca chegara a se casar com sua mãe. Quando, em meio à agitação política de 1867-68, Edouard Tinchant — filho de Elisabeth — apresentou na Louisiana um projeto de lei para garantir os direitos civis de todas as mulheres, independente de cor, ele estava buscando assegurar legalmente o direito ao respeito que sua avó e sua mãe foram obrigadas a lutar por conta própria para alcançar.

**Palavras-chave:** escravidão – liberdade – Atlântico – São Domingos - Haiti

## **Abstract**

*The essay explores the links between the equal-rights convictions of Edouard Tinchant, a young activist in post-Civil War New Orleans, and the deep Atlantic background of his family of origin. His grandmother, Rosalie, had been made captive in Senegambia in the 1780s and deported as a slave to the French colony of Saint-Domingue, where she eventually achieved her freedom during the Haitian Revolution. Rosalie gave birth to a daughter, Elisabeth, during that Revolution, and fled with her to Cuba as a war refugee. In New Orleans decades later, Elisabeth embarked on her own search for security and standing, using a local notary to record her claim of a paternal surname from the French father who had never married her mother. When, in the political ferment of 1867-68, Elisabeth's son Edouard Tinchant called for legislation to recognize the civil rights of all women, independent of color, he was thus seeking to write into law the right to respect that his grandmother and mother had been obliged to struggle for on their own.*

**Keywords:** slavery – freedom – Atlantic – Saint-Domingue - Haiti